Pe. Matthieu Salenave e Pe. Sean Mc Kenna: Dois exemplos de desvio teológico que ilustram plenamente a magistral lição do Professor Marcel De Corte (2/2)

por Pe. Olivier Rioult | 2 de dezembro de 2018 |

1ª parte

As posições do Pe. Matthieu Salenave e do Pe. Sean Mc Kenna revelam um problema muito mais importante, muito mais generalizado e infinitamente mais profundo do que o sectarismo anedótico deste ou daquele sacerdote ou simples fiel. Essas posições pertencem à defesa psicológica e ao conforto intelectual que recusa enfrentar uma situação caótica. À realidade dolorosa é preferida uma ilusão, objetivamente falsa, mas subjetivamente tranquilizadora. Este sectarismo de uns e outros pretende restaurar a ordem no caos. Permite "fingir" que a situação desconcertante não existe. **Pois a apostasia universal, que os mais lúcidos não contestam, tem uma consequência assustadora que, ela, é contestada mesmo pelos mais lúcidos: a ausência de autoridade legítima universal e visível.**

A lição de Marcel De Corte

Em 1974, em um longo artigo intitulado *História e fundamento da noção de autoridade* (*Itinéraires*, n°183, 184, 185), o eminente professor da Universidade de Liège, Marcel De Corte, não apenas viu, mas também explicou essa situação.

Para este brilhante filósofo, que "a noção de autoridade" esteja no "próprio cerne da crise planetária" é "de uma evidência solar". Não apenas na família e nos países, mas também na "Igreja Católica" que, "de uma só vez, abdicou de toda autoridade desde o recente Concílio" Vaticano II: "temos diante de nossos olhos o espetáculo prodigioso, fascinante, incrível, de uma Igreja sem obrigação nem sanção, de uma Igreja "permissiva", onde tudo é doravante permitido, onde a lei sobrenatural e seus artigos dogmáticos são negados, onde a lei litúrgica cede a todos os desregramentos, onde a lei natural enrolada nos piores sofismas deu lugar às mais perigosas divagações da consciência entregue ao seu próprio arbítrio".

A descrição que Marcel De Corte fez da revolução "no ensino da Igreja" sob Paulo VI vale mais do que nunca sob Francisco:

> "Já não há ninguém na Igreja que saiba o que deve fazer ou não fazer. O princípio do subjetivismo revolucionário levou à última barreira... " Ora, como "não há e nunca haverá sociedade digna deste nome sem autoridade, não é surpreendente ver a humanidade oscilar constantemente à beira da anarquia e da revolução permanente."

O Professor então revisa, com toda a sua erudição e precisão, a autoridade através dos séculos.

A autoridade na Grécia

Sua "democracia [...] era na verdade uma aristocracia de cidadãos formalmente distinta da imensa maioria dos habitantes de Atenas, composta de metecos e escravos. [...] Nada é mais estranho ao espírito grego do que o individualismo dos direitos do homem e do cidadão que molda a sociedade de acordo com a vontade de seus membros". A "concepção que os gregos tinham da autoridade" se resumia na "autoridade transcendente da lei" que "não deriva dos homens, mas de sua natureza divina". Mas no dia em que os sofistas convenceram os gregos de que a lei não passava de uma "convenção sempre revogável", a autoridade desmoronou, "e com

ela, todas as comunidades das quais ela é o eixo, porque ela não mais repousa sobre Deus, mas sobre o homem que se proclama deus, sobre o homem desvinculado da observância da lei que o transcende e que exige dele a obediência ao bem comum da sociedade e ao Bem Comum universal".

A autoridade em Roma

Também era "revestida de um valor sagrado": pais de família, Senado romano e "sua cabeça (*princeps*), o guia (*dux*), o detentor da autoridade (*auctor*) que faz crescer e ordenar para o bem do conjunto as diversas partes do corpo social". "Sua regressão está ligada às mesmas causas que destruíram a autoridade na Grécia. Sob a influência do neopitagorismo importado da Grécia e dos cultos orientais vindos da Ásia Menor, o vínculo religioso, garantido por minuciosas prescrições rituais, que une os cidadãos uns aos outros com vistas ao bem comum e à grandeza de Roma, relaxou-se. [...] O Senado lentamente abdicará de sua autoridade em benefício daquilo que hoje se chamaria de "consciência individual"".

A autoridade na Idade Média

Repousa sobre o feudalismo: "o homem ligado ou livre se compromete diante de Deus a uma fidelidade absoluta a um homem livre mais poderoso do que ele, que lhe assegura ajuda e proteção. A autoridade e a sociedade ressurgem no nível elementar. Elas também ressuscitam no nível de um Império instável cuja fé oficial é o cristianismo. [...] A autoridade reconquista uma nova vida na linguagem eclesiástica. Em 494, o Papa Gelásio escreve ao imperador Anastácio a famosa frase que dominará as relações entre a autoridade espiritual e a autoridade temporal durante toda a Idade Média:

> "Dois poderes governam este mundo, ó Augusto Imperador: a santa autoridade dos Papas e o poder real."

Existem duas sociedades, cada uma perfeita em sua ordem: uma sociedade sobrenatural, a Igreja, e uma sociedade natural, o Estado. [...] As autoridades que as regem não podem se opor uma à outra, assim como a graça e a natureza não podem se obstruir. [...] Toda sociedade é estabelecida sobre um axioma fundamental: "a ordenação de suas partes ao todo" por uma autoridade legislativa, executiva e judiciária. A Igreja o confirma com toda a autoridade sobrenatural que recebe de Deus".

Então chega a Reforma, que inicia a "transição revolucionária" tão bem descrita por Bossuet em sua "Oração fúnebre de Henriette-Marie de França, Rainha da Grã-Bretanha, pronunciada em 16 de novembro de 1669": "a fonte de todo o mal é que aqueles que não temeram tentar, no século passado, a reforma pelo cisma, não encontrando baluarte mais forte contra todas as suas novidades do que a santa autoridade da Igreja, foram obrigados a derrubá-la... Cada um se fez a si mesmo um tribunal onde se tornou o árbitro de sua crença... não há particular que não se veja autorizado por essa doutrina a adorar suas invenções, a consagrar seus erros, a chamar Deus tudo o que pensa. Desde então, bem se previu que, não havendo mais freio à licença, as seitas se multiplicariam até o infinito, que a obstinação seria invencível; e que enquanto uns não cessariam de discutir ou dariam suas divagações por inspirações, os outros, cansados de tantas loucas visões e não podendo mais reconhecer a majestade da religião dilacerada por tantas seitas, iriam enfim buscar um repouso funesto e uma completa independência na indiferença das religiões ou no ateísmo."; "Tudo se transforma em revolta e em pensamentos sediciosos quando a autoridade da religião é aniquilada [...]. Quando uma vez se encontra o meio de tomar a multidão pelo atrativo da liberdade, ela segue cegamente, desde que ouça apenas o nome".

Então Marcel De Corte explica o que chama de "a raiz da contestação". **A Igreja Católica é uma verdadeira sociedade que, como toda sociedade, tem uma única cabeça: Cristo. Mas ela é uma sociedade única em seu gênero: ela é essencialmente uma sociedade de pessoas, "sem outro vínculo entre elas a não ser o do pecado antes do batismo, ou o da graça sobrenatural após a eleição divina**", "à imagem da Santíssima Trindade, que é seu dogma primeiro e fundamental sobre o qual repousam todos os outros".

A sociedade natural, por sua vez, não é e não pode ser uma sociedade de pessoas, pois "só se faz o social com o social. É impossível associar realmente indivíduos separados uns dos outros e que, por hipótese, não têm nada em comum uns com os outros. A sociedade política não se compõe de indivíduos, mas de famílias cuja onda natural em direção à vida em comum, a uma vida em comum civilizada, ela prolonga".

"Mas se não se pode fazer o social com o individual, a moderna "sociedade" política gerada pela Reforma e definitivamente parida pela Revolução Francesa não é uma verdadeira sociedade, mas uma dissociedade": "A democracia moderna, sociedade de pessoas, é a caricatura da Igreja" Ela "não é e não pode ser um regime político", ela "é uma heresia cristã". Pois "ela é a projeção na ordem temporal que a recusa de uma estrutura social própria à sociedade sobrenatural que é a Igreja fundada por Jesus Cristo, sociedade de pessoas que só é possível na ordem da graça".

Nessa dissociedade, "se praticará o laissez-faire, o laissez-passer em matéria econômica, sem outro fim que o enriquecimento pessoal". Nessa dissociedade, "o Estado" terá um "poder imenso" mas uma "autoridade nula". Essa "heresia cristã laicizada" conduzirá inevitavelmente o mundo "em direção ao totalitarismo".

Marcel De Corte então explica, em 1974, a lógica mundialista que só piorou desde então: "A democracia liberal" só existe graças "ao Estado moderno cujos poderes são ilimitados, pois não são mais medidos pelas comunidades naturais ou semi-naturais que a Revolução destruiu em benefício ou, mais exatamente, em malefício dos "direitos imprescritíveis e absolutos da pessoa humana". Não é um paradoxo sustentar que a expansão do estatismo é o corolário direto do liberalismo, é uma constatação histórica: o "Estado-gendarme" é a sombra ameaçadora da democracia liberal, sua obscura projeção de si mesma da qual não pode se despir sem cair na total anarquia. Esse Estado que já não é o piloto e o guardião do bem comum, o mantenedor da lei por excelência que subordina as partes ao todo, é agora um poder sem limites cujo papel é satisfazer as exigências, também sem limites, dos cidadãos considerados individualmente ou em seus grupos de pressão. Para isso, o Estado moderno multiplicará seus regulamentos, estenderá ao extremo o tecido cada vez mais estreito de suas estruturas administrativas e se tornará inevitavelmente um Estado tecnocrático".

A esse fenômeno de dissolução política foi acrescentada, "desde o Vaticano II", a dissolução religiosa: "a decomposição da Igreja". "Ao se abrir ao mundo moderno, ao mundo da Reforma e da Revolução, ao mundo do liberalismo e do socialismo, a Igreja Católica se abriu ao mesmo tempo a sua própria presença desfigurada, degradada, que tenta em vão se projetar no temporal como uma sociedade de pessoas e que deve, para tentar chegar lá, destruir as sociedades tradicionais que a inteligência e a vontade do homem construíram ao longo dos séculos, e arruinar toda autoridade." "Essa decisão aberrante não apenas desencadeou "a autodemolição da Igreja", ela apagou, ela está apagando a distinção entre o espiritual e o temporal que Cristo realizou, sem a qual toda sociedade está condenada à negação permanente da autoridade".

"Ao apresentar a "democracia" como o prolongamento temporal do Evangelho, **a Igreja Católica oficial se transforma em agente de destruição das sociedades** que a natureza do homem construiu e da autoridade que as coroa, com uma eficácia inaudita. Ela reitera a aventura da Reforma e sacraliza a Revolução. **Ela aniquila o próprio fundamento da autoridade, e da sua própria**".

"Sociedade de pessoas, a Igreja Católica só pode subsistir pelo vínculo de uma fé e de uma liturgia sobrenaturais comuns a todos os seus membros e mantidas em sua integridade absoluta pela autoridade que Deus delegou à Hierarquia. [...] Toda autoridade vem de Deus, nas duas ordens essencialmente distintas e conjugadas da natureza e da graça. Sem essa inabalável pedra angular, toda sociedade, qualquer que seja, está condenada à destruição. [...] A fé católica se funda no testemunho soberanamente autorizado Daquele que, sendo a Verdade e a Veracidade absolutas, não pode se enganar nem nos enganar: "*propter auctoritatem ipsius Dei revelantis qui nec falli nec fallere potest*", diz-nos claramente, sem ambiguidade, a Constituição *De fide catholica* do Vaticano I. Ela é uma graça que une as pessoas a quem é concedida em uma sociedade sobrenatural comum: a Igreja. A autoridade eclesiástica deve, sob pena de trair a Deus, velar pela integridade da fé no dogma revelado, na ação litúrgica, nos costumes cristãos. Os eleitos, reunidos na Igreja, serão por ela conduzidos, sob sua autoridade, à sua finalidade natural, seu Bem Comum a cada um: a visão beatífica".

Mas, desde o Vaticano II, todos os que se sentaram na Cátedra de Pedro lideraram uma política revolucionária. **Todos, de João XXIII a Francisco, se enganaram e nos enganaram** quanto à integridade da fé, quanto à ação litúrgica, quanto à lei dos costumes cristãos. Como mostramos em nosso livro, *Comunhão e Anátema segundo a doutrina católica*, não temos mais a ver com "Vigários de Cristo", mas com "Capelães de uma Revolução anticristã".

Todos tomaram como "bússola" o Concílio Vaticano II que "pela primeira vez, colocou o princípio da liberdade em matéria religiosa acima da obrigação de conhecer e propagar a verdadeira religião" (Alain Savary). Todos proclamaram a igualdade das religiões e propagaram um ecumenismo interconfessional e indiferentista. "Ora, esse princípio só por si basta para arruinar todas as religiões, e particularmente a religião católica, pois, **sendo a única verdadeira, ela não pode, sem sofrer a última das injúrias e das injustiças, tolerar que as outras religiões lhe sejam equiparadas**." (Leão XIII, *Humanum genus* § 24) Todos se basearam na declaração maçônica dos Direitos do Homem. Todos elogiaram a "liberdade de consciência" chamada pelo Papa Gregório XVI de "**máxima falsa e absurda ou antes um delírio**". Todos multiplicaram os arrependimentos que injustamente humilharam o passado da Santa Igreja. Todos se basearam em uma filosofia personalista. Todos favoreceram o liberalismo moral, a destruição litúrgica e teológica. Todos assumiram a ruptura prática, senão teórica, com o passado da Igreja...

Isso já foi tratado extensamente por mais de um observador. **Tudo pode ser resumido a duas citações**: a confissão do cardeal Ratzinger, futuro Bento XVI, sobre o texto-chave do Vaticano II: "o texto *Gaudium et Spes* desempenha o papel de um contra-Syllabus na medida em que representa uma tentativa de reconciliação oficial da Igreja com o mundo como ele se tornou desde 1789" (Princípios da teologia católica, Epílogo) e a constatação lúcida de Mons. Lefebvre:

> "Creio sinceramente que estamos lidando com uma contrafação da Igreja. Eles não apenas não ensinam mais a fé católica e não defendem mais a fé católica, mas ensinam outra coisa. Não é mais a Igreja Católica" (Ecône, 21 de junho de 1978).

Marcel De Corte, portanto, tinha toda a razão ao escrever:

> "**a crise da autoridade está hoje em seu ápice.** Ela só será resolvida por uma autoridade justa, garantidora do bem comum, moral e "divina", como diziam os Antigos, por esse mesmo fato, e rigorosamente atenta à experiência do passado."

Conclusão

Por enquanto, há um poder legal, mas não há mais autoridade legítima; não há mais sociedade humana, mas dissociedades desumanas, porque os homens decidiram a morte de Deus. Por enquanto, não há mais autoridade legítima soberana, pois a autoridade legítima soberana só pode ser divina, e ela não é divina se não for também infalível! Ora, quem pode garantir que o ensino de Francisco é infalível, que sua liturgia é tradicional ou que sua moral é católica? Como pretender que Francisco tenha uma autoridade infalível quando canoniza João Paulo II, que, **segundo Mons. Lefebvre, é um homem "inspirado pelo diabo e a serviço da Maçonaria**"? Ora, essa autoridade que canoniza deveria ter sido infalível. Ela não foi, portanto não pode ser legítima. Ora, sem a autoridade de um Sumo Pontífice infalível, não há autoridade visível e soberana na terra. E, consequentemente, não há mais autoridade visivelmente e oficialmente legítima entre os bispos e os sacerdotes. Pois uns não terão mandato eclesiástico, e os outros obterão seu mandato de um herético ou, para usar os próprios termos de Mons. Lefebvre, de um "anticristo".

Muito poucos aceitam reconhecer essa realidade. O caos que testemunhamos se deve à apostasia e à indiferença dos homens em relação à autoridade de Deus. "Quando o Filho do Homem vier, encontrará a fé na terra?" (Lc XVIII,8). E a consequência e o castigo dessa apostasia é a ausência de autoridade legítima na terra. Daí o conselho do Padre Calmel em 1971 de continuar a "luta cristã" por meio de "pequenas unidades

que se recusam a entrar em não sei que organizações sistemáticas e universais. Nessas diversas unidades, [...] a autoridade é real e indiscutível; o problema do chefe praticamente não se coloca; a obra a fazer é precisa."

Aliás, por que Deus daria autoridade a homens que não querem respeitá-la? Por que daria sacerdotes para conferir seus sacramentos a homens que os recusam? Nos últimos tempos, revela São Paulo, Deus enviará "ilusões poderosas que farão crer na mentira" àqueles "que se perdem, porque não abriram seu coração ao amor da verdade que os teria salvado", "de modo que todos os que não acreditaram na verdade, mas se deleitaram na injustiça, caiam sob seu julgamento" (II Ts II,10-13).

Não devemos esquecer o que Donoso Cortès escreveu em 1849:

> "Considero provado e evidente que, aqui embaixo, o mal acaba sempre por triunfar do bem, e que o triunfo sobre o mal está reservado, se se pode assim dizer, a Deus pessoalmente".

Nem o que o cardeal Pie pregava em 1859:

> "A Igreja, sociedade sem dúvida sempre visível, será cada vez mais reduzida a proporções simplesmente individuais e domésticas".

Não devemos esquecer o que o cônego Arminjon ensinava em 1881:

> "Quando a fé cristã tiver terminado de se extinguir nos corações, quando o gozo e o bem-estar se tornarem os deuses do dia e a preocupação exclusiva das almas, então [...] o ouro prevalecerá sobre a religião e a moral, tornando-se a base da política e a chave de abóbada de todas as instituições, os financistas serão os pontífices e os reis. E o povo que possuir mais ouro será aquele que nos possuirá mais proximamente."

Não devemos esquecer o que o historiador Jean de Viguerie afirmava, em 2003:

> "Devemos nos render à evidência, a pátria desapareceu de nossos olhos. Da mesma forma, a nação. A independência e a soberania são as condições necessárias para a existência de uma nação. Ora, sabemos o que o europeísmo e o globalismo fizeram com a independência e a soberania da França. [...] Por mais de dois séculos, são perseguidos em nosso país aqueles que se recusam a prestar culto aos mitos chamados direitos do homem. A pátria desaparecida, a nação desagregada, resta o Estado. [...] Com o Estado saído das Luzes e da Revolução, nunca se fará nada. Os Vendéens e o conde de Chambord haviam compreendido isso. Talvez um dia os franceses compreendam. [...] Na verdade, não há mais França, e são os governos que a mataram. Eis a realidade." (As duas Pátrias)

Não devemos esquecer, finalmente, o que diz, em 2018, Valérie Bugault, doutora em direito:

> "Hoje, a moeda não serve mais o bem comum, mas interesses privados. A moeda é concebida estruturalmente hoje como um instrumento de dominação. Hoje, o poder político é apenas uma emanação do poder econômico que se esconde por trás das instituições estatais, mas que está nas mãos de uma minoria financeira nômade, anônima, apátrida e cosmopolita. O Estado francês, tecnicamente, funcionalmente, já não existe. Ele não tem mais soberania alguma. Ainda se fala muito dele, mas é falar de algo que desapareceu há algum tempo. É flagrante desde as instituições europeias, mas é verdade desde os últimos 150 anos... O elemento-chave a ter em mente e a compreender é que o poder político no Ocidente não existe mais. Ele é apenas um véu com apenas uma função representativa; enquanto o poder real é detido pelos principais detentores de capital que se escondem por trás das multinacionais e das grandes instituições bancárias, que são apátridas e

> ocultos pelo anonimato do capital. A tomada do poder político pelo poder econômico se realizou no século das Luzes. A separação dos poderes foi, na verdade, a dissolução dos poderes em benefício de uma Nova Ordem Mundial cujos chefes reais são anônimos, portanto irresponsáveis - pois não têm que prestar contas - sem limites e totalitários..." (Rádio Courtoisie)

Portanto, é a hora das trevas profetizada pelas Escrituras... Vivemos sob o reinado de Mamon que ocultou o de Cristo e da Igreja. Nessas condições, e enquanto o Cordeiro não lançar "o diabo no lago de fogo e enxofre, onde estarão a besta e o falso profeta" (Ap XX,9), não é hora de levar a sério o que Mons. de Ségur escreveu em 1862, em seu livro "A Revolução explicada aos jovens"? Particularmente seu último e 25º capítulo que algumas edições ousaram suprimir: "Uma solução temível e muito possível da questão revolucionária":

> "Um certo número de católicos, entre os quais vários bispos e doutores muito eminentes em ciência e santidade, têm a convicção profunda de que nos aproximamos dos últimos tempos do mundo, e que a grande revolta que quebra há três séculos todas as tradições e instituições cristãs, resultará no reino do Anticristo [...]. O Anticristo não está tão distante quanto se pensa. A Revolução lhe prepara o caminho, destruindo a fé, seduzindo as massas, abaixando os caracteres, trabalhando incansavelmente pela abolição social da Igreja. [...] O mundo católico está perdendo a fé, já arruinada em três quartos da Europa pelo protestantismo, e, em todo o universo, combatida, ameaçada pela fúria reunida desse mesmo protestantismo e das outras falsas religiões. [...] Uma das razões mais sérias que levam a crer que nos aproximamos definitivamente desses tempos nefastos é que ninguém mais acredita neles. [...] Seja como for, a Igreja está chegando a uma grande crise; se for ou não a última, devemos absolutamente nos preparar para combater e sofrer; devemos nos desprender de coração dos bens perecíveis que a Revolução pode nos tirar, usando deste mundo como não usando, tendendo à pátria celestial e, na terra, vivendo apenas para a eternidade. É preciso que a Virgem Imaculada seja a Rainha amada de nosso coração, a Eucaristia nosso pão de cada dia, o santo Evangelho nossa leitura mais querida."

FIM

Padre Olivier Rioult